



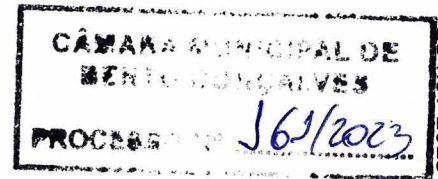
**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO**

Of. nº 71/2023 – GAB/PL

Bento Gonçalves, 17 de novembro de 2023.

02
B

Câmara Municipal de
Bento Gonçalves
RECEBIDO EM:
20/11/2023
ÀS 13:29 Horas
Ass.:



Departamento Legislativo - 21 nov 2023 08:23

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminhamos à Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº 136 que "INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO — REFIS 2023 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Estamos encaminhando a este Egrégio Legislativo Projeto de Lei que visa a instituir em nosso Município o Programa de Recuperação Fiscal — REFIS 2023, destinado a recuperar os créditos tributários ou não tributários, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, seja pessoa física ou jurídica.

Tendo em vista os efeitos econômicos ocasionados pela pandemia, impactando a capacidade contributiva dos contribuintes do Município de Bento Gonçalves, busca-se oferecer a oportunidade de regularizar os débitos.

O Programa de Recuperação Fiscal objetiva autorizar o Município a receber à vista os valores relativos a débitos vencidos até 31 de dezembro de 2022, e inscritos em dívida ativa na data de formalização, de contribuintes de créditos tributários e não tributários.

Ademais, o Projeto de Lei ora proposto define as formas, os prazos e as condições da recuperação fiscal — REFIS 2023 – a ser firmado pelo contribuinte devedor junto à Secretaria Municipal de Finanças ou pelo Portal do Cidadão.

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador RAFAEL PASQUALOTTO
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Palácio 11 de Outubro
Nesta Cidade



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO

Sendo assim, com a instituição do Programa de Recuperação Fiscal — REFIS 2023 – pretende-se viabilizar aos contribuintes a possibilidade de quitar seus débitos e regularizar sua situação perante a Fazenda Municipal, aumentando, assim, a arrecadação do Município.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, **em regime de urgência**, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA
Prefeito Municipal

03



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI Nº 116, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

INSTITUI O PROGRAMA DE
RECUPERAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO –
REFIS 2023 — E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Institui o Município de Bento Gonçalves o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2023, destinado a recuperar créditos tributários ou não tributários, vencidos até 31 de dezembro de 2022 e inscritos em dívida até a data da publicação desta Lei, protestados, ajuizados ou a ajuizar, que poderão ser pagos nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Para a aplicação dos benefícios desta Lei, considera-se crédito inscrito em dívida ativa o valor consolidado do débito (principal e encargos) a partir do valor inscrito, parcelado ou não.

Art. 2º O período de adesão ao REFIS 2023 será de 01.12.2023 até 26.12.2023.

Art. 3º Os débitos apurados poderão deverão ser pagos à vista até dia 27.12.2023, sendo sempre devido o valor do principal, a correção monetária e, quando for o caso, os honorários advocatícios e os emolumentos do Cartório de Registro de Protestos, com o seguinte benefício:

I - Para o pagamento à vista será concedido o desconto de 95% (noventa e cinco por cento) da multa e 95% (noventa e cinco por cento) dos juros moratórios;

§ 1º Não sendo efetuado o pagamento na data de vencimento o REFIS será cancelado de ofício.

§ 2º O pagamento da negociação disposto nesta Lei implica reconhecimento irrevogável da dívida em nome do sujeito passivo, conforme ditames dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, ensejando a aceitação de todas as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º Na hipótese de pagamento de débitos já ajuizados sendo comprovado o pagamento extingue-se a execução fiscal.

Parágrafo único. Os honorários advocatícios nos débitos ajuizados, quando devidos, serão calculados no percentual fixado pelo juízo, sobre os valores dos débitos apurados nos termos do artigo 3º desta Lei.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO

Art. 5º A opção pelo Programa REFIS 2023 sujeita o requerente à aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas, ficando a adesão única e exclusivamente condicionada ao seu pagamento.

§1º A adesão ao Programa REFIS 2023, para débitos administrativos, protestados e/ou judiciais poderá ser efetuada pela Internet, via Portal do Cidadão, no endereço <https://bentogoncalves.atende.net>, mediante acesso com login e senha ou em atendimento presencial na Secretaria Municipal de Finanças.

§2º Formalizado o Programa REFIS 2023 pela internet, considerar-se-á como meio de comprovação da autoria, e de integridade de documentos em forma eletrônica, a utilização de identificação por meio de nome de usuário e senha.

§3º Para fins do disposto do parágrafo 1º, os débitos deverão estar vinculados ao Cadastro de Pessoa Física ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do requerente.

Art. 6º São hipóteses de exclusão do Programa REFIS 2023:

I – constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo abrangido por esta lei e não incluído no REFIS;

II – decretação de falência, extinção, pela liquidação, ou cisão da pessoa jurídica;

III – prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante, mediante simulação de ato.

§1º A exclusão de contribuinte do Programa REFIS 2023 implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§2º Caso o débito já esteja ajuizado, a ação de execução fiscal retomará seu curso normal.

Art. 7º Os débitos, em parcelas ou não, já pagos em períodos anteriores à vigência desta Lei, não são passíveis de restituição ou devolução em relação aos benefícios concedidos por esta Lei.

Art. 8º O Município poderá, através da Procuradoria-Geral, após a adesão ao Programa REFIS 2023, requerer as medidas judiciais cabíveis nas execuções fiscais pertinentes, desde que quitadas também as custas judiciais e honorários advocatícios, se houver.

§ 1º A penhora dos bens permanecerá até a quitação total do débito a que se refere, cabendo ao contribuinte recolher em juízo o valor das custas e demais despesas processuais.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO

§ 2º A adesão ao Programa REFIS 2023 importará na desistência da ação proposta pelo contribuinte e na renúncia a eventual direito às verbas decorrentes da sucumbência do Município, bem como do pagamento das custas judiciais pendentes e demais despesas processuais já adiantadas pelo Município, e no caso de débito objetode processo administrativo, a desistência expressa do mesmo e ao pagamento de eventual custas do Cartório de Protestos.

Art. 9º Os depósitos judiciais efetuados nos processos de Execução Fiscal poderão ser convertidos em renda ao Erário, dentro dos benefícios da Lei, permitida a inclusão no Programa REFIS 2023de eventual saldo devedor.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES,
aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três.

DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA
Prefeito Municipal